

Ajuste depende de negociação da dívida

ESTADO DE SÃO PAULO 25 AGO 1987

Nenhum ajuste econômico dará bons resultados por muito tempo nos países em desenvolvimento e endividados se não houver uma renegociação da dívida externa em condições diferentes das que foram feitas até agora. Essa foi uma das conclusões a que chegaram economistas argentinos e brasileiros reunidos ontem no 7º Encontro Latino-Americano da Econometric Society.

Além do consenso, surgiram algumas propostas concretas. Pêrsio Arida, considerado um dos idealizadores do Plano Cruzado, disse que a solução para o problema do déficit público passará necessariamente por uma substituição de empréstimos ao setor público por uma participação de investidores internos e externos nos projetos do governo.

"O Estado detém as informações e o know how dos projetos de investimentos em setores básicos mas não dispõe de capital porque o modelo de endividamento externo e interno adotado na década de 70 se esgotou. É impossível imaginar que esses projetos possam ser financiados com o aumento de impostos ou com poupança compulsória. Será mais fácil convencer os credores externos a converter dívida em investimentos-

diretos ou em ações de estatais", disse Arida.

Pelo esquema sugerido por Arida, empresas como a Eletrobrás, em vez de tentar empréstimos externos ou recursos da União para financiar a construção de novas hidrelétricas, deveriam procurar parceiros internos ou externos que dispusessem de capital para participar de "joint venture" com o governo. Com essa sugestão, ele procurou demonstrar que o problema dos investimentos públicos não exige necessariamente aumento de impostos ou do déficit.

NEGOCIAÇÃO EM BLOCO

O economista Roberto Frenkel, assessor do Ministério da Economia da Argentina, defendeu um entrosamento maior entre os países latino-americanos para uma renegociação da dívida externa. Embora evitando usar expressões como "cartel dos devedo-

res", ele disse que infelizmente as economias argentina, brasileira e mexicana passam por necessidades diferentes que nunca coincidem, pelo menos na mesma época, e que por isso não se chegou ainda a uma posi-

ção comum na renegociação. Frenkel espera que na assembleia anual do FMI e do Banco Mundial, no próximo mês de setembro, os países latino-americanos consigam chegar a uma posição conjunta sobre renegociação da dívida externa.



Laércio Miranda

Economistas brasileiros e argentinos debateram a dívida

Externa NEGOCIAÇÃO LENTA

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, admite que se possa conseguir converter por ano cerca de US\$ 2 bilhões de dívida em investimentos mas adverte que a renegociação da dívida externa será lenta e muito difícil. Para o ex-ministro, seria conveniente fazer um acordo com o FMI. "Com isso, em vez de pagar US\$ 4 bilhões por ano a organismos oficiais, poderíamos ter mais ou menos esse valor de novos empréstimos, além de nos habilitarmos a receber investimentos que estão sendo anunciados pelo governo japonês". Para a conversão da dívida, Simonsen sugere que seja evitado o excesso de restrições no início do processo para não afugentar os investidores.

Participaram ainda do painel, pela Argentina, Mário Brodherson e José Machinea, respectivamente ministro da Economia e presidente do Banco Central, e pelo Brasil João Sayad, ex-ministro do Planejamento, e os economistas Francisco Lopes e Carlos Antônio Rocca. O 7º Encontro, promovido pela Ordem dos Economistas de São Paulo e pela Sociedade Brasileira de Economia, prosseguirá até a próxima sexta-feira.